

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÁRCIA CAMPOS DE JESUS

**EXTREMA POBREZA E TRABALHO INFORMAL: CORRELAÇÃO COM A
INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

MATINHOS

2016

MÁRCIA CAMPOS DE JESUS

**EXTREMA POBREZA E TRABALHO INFORMAL: CORRELAÇÃO COM A
INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós Graduação em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º Dr. Paulo Eduardo Angelin

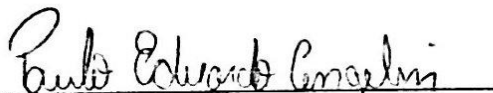
MATINHOS

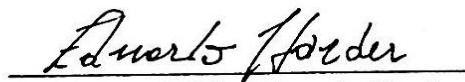
2016

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor PAULO EDUARDO ANGELIN, realizaram em 04/06/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante MÁRCIA CAMPOS DE JESUS, sob o título "*Extrema Pobreza e Trabalho Informal: Correlação com a Insuficiência das Políticas Públicas no Brasil*", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 04 de junho de 2016.


Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin


Prof. ~~Dr.~~ Sc. Eduardo Harder


Prof. Dr. Luiz Eduardo Cunha Tomassim


Márcia Campos de Jesus
Estudante

Concellos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Concellos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASE (NÃO) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO MÉRITO OS RECURSOS DOS APONTADOS PELA BANCA PARA CANCELAR O TÍTULO FINAL DO TRABALHO



SUMÁRIO

1.- INTRODUÇÃO.....	4
2. - REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1-POLÍTICA PÚBLICA E EXTREMA POBREZA CORRELAÇÕES.....	7
2.2 – REFLEXÕES SOBRE A INFORMALIDADE, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL.....	12
3. - CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	19

EXTREMA POBREZA E TRABALHO INFORMAL: CORRELAÇÃO COM A INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Márcia Campos de Jesus¹

RESUMO

Este trabalho busca fazer uma reflexão a partir das contribuições de autores acerca das correlações existentes entre a insuficiência das políticas públicas e a existência de expressões da questão social como a extrema pobreza e o trabalho informal. O estudo bibliográfico aborda os fatores históricos que cooperam para as características atuais desses fenômenos. Traz também o índice de pessoas na condição de pobreza e em atividade informal e a política pública responsável por gerenciar programas para enfrentamento destes fenômenos sociais, que se apresentam como grandes desafios para superação aos profissionais que atuam frente às políticas sociais no Brasil. A conclusão do presente estudo aponta que as referidas expressões da questão social estão interligadas através do histórico de formação do Brasil e sua condição atual é mantida devido as diretrizes do sistema econômico vigente atualmente, o capitalismo que daria incentivo e promoção a existência destes fenômenos, isentando-se das responsabilidades na resolução destes problemas sociais, delegando ao estado sua resolução, fato que não ocorre, originando assim tema para este estudo.

Palavras-Chave: Extrema pobreza. Trabalho informal. Políticas públicas. Capitalismo.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect from the authors of contributions on the correlations between the failure of public policies and the existence of expressions of social issues such as extreme poverty and informal work. The bibliographic study analyzes the historical factors that cooperate to the current characteristics of these phenomena. It also brings the people rate the condition of poverty and informal activity and public policy responsible for managing programs to face these social phenomena, which present major challenges to overcome to professionals in the face of social policies in Brazil. The conclusion of this study indicates that such expressions of social issues are intertwined through the historical formation of Brazil and its current condition is maintained because the guidelines of the current economic system currently capitalism that would encourage and promote the existence of these phenomena, exempting himself of the responsibility for the resolution of these social problems, delegating to state its resolution, which does not occur, thus creating theme for this study.

Key words: Extreme poverty. Informal work. Public policy. Capitalism.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Unibrasil Centro Universitário, Curitiba-PR. Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar. E-mail: marciacjctba@bol.com.br

1.- INTRODUÇÃO

Os fenômenos sociais extrema pobreza e trabalho informal são expressões da questão social arraigados no histórico e fortemente presente na atualidade do Brasil. Problemas sociais que exigem das políticas públicas ações interventivas que visam sua erradicação ou promovam sua estabilidade, tratando-se da inclusão produtiva por exemplo. Porém na prática cotidiana dos profissionais envolvidos nestes trabalhos interventivos, são encontradas diversas dificuldades que impedem um trabalho efetivo nas ações interventivas.

Segundo dados do IPEA² (2011) no ano de 2009 eram nove milhões de brasileiros vivendo na condição de extrema pobreza e até o ano de 2013 eram 36,23% da população em situação de trabalho informal no Brasil³ (IPEA 2015).

Diante desta realidade, o presente estudo originou-se a partir das vivências e intervenções realizadas durante nosso trabalho como Assistente social pela Política de Assistência Social Básica no município de Curitiba, entre os anos de 2014 a 2016.

A política de Assistência social integra a tripartite dos direitos sociais no Brasil conforme cita Ferreira 2003.

A constituição Federal promulgada em 1988 representou um marco no que tange à organização do Estado brasileiro, instituindo um Estado Democrático, responsável pela garantia dos direitos sociais. E é nesta perspectiva que foi estabelecida a Seguridade Social, um sistema de proteção social constituído por três políticas sociais: saúde, previdência e assistência social. (FERREIRA, 2003, p.7)

Assim, a Assistência social configurou-se primordialmente função e dever do Estado, adquiriu também um caráter de política pública de direito, perdendo suas características de bem-estar e de caridade conforme era disponibilizada no passado.

No cotidiano do trabalho social esta política atende famílias em diferentes condições sociais, mas sua maior demanda provém daquelas em extrema vulnerabilidade social e muitas em extrema pobreza. Para compreender o termo utilizado “Extrema pobreza” destacamos.

Em 03 de maio de 2011 foi anunciada a linha de extrema pobreza oficial do Plano Brasil sem Miséria: renda familiar per capita de R\$ 70 reais – posteriormente atualizada, em maio de 2014, para R\$ 77 reais per capita. A definição de uma linha de extrema pobreza tornou o compromisso de superar a extrema pobreza mensurável e permitiu que houvesse uma referência para a seleção do público-alvo do Brasil sem Miséria. (CAMPELLO, MELLO, 2014, p.44).

² http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf

³ http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151228_juventude_trabalho_informal_brasil.pdf

Famílias em miserabilidade extrema demandam da Política Social Básica especial atenção, com projetos direcionados prioritariamente a este público. A renda variável informada pelos responsáveis familiares em sua maioria provém de trabalhos informais diversificados. Em alguns casos não possuem renda, para suprir suas despesas contam apenas com o auxílio de familiares e o Benefício Bolsa Família.

Durante o acompanhamento das famílias, o trabalho social encontra alguns fatores que interferem na inclusão social efetiva destas famílias que é a insuficiência de outras políticas públicas tais como Educação em todas as suas esferas (Ensino fundamental e médio), Serviço de Saúde, famílias aguardam meses para um atendimento especializado, Esporte e Lazer setores que não são encontrados, Programas de inclusão produtiva que possui vagas insuficientes para a demanda existente, assim também como outros serviços que ainda carecem na oferta de vagas à população.

Diante disso, surgiu-nos a necessidade de abordarmos a questão da insuficiência das políticas públicas e sua correlação às questões de trabalho informal e extrema pobreza presentes na realidade vivenciada, estes últimos, foco de intervenção dos técnicos sociais que atuam no território.

A delimitação do tema a ser pesquisado não foi difícil, porém cabe aqui destacar que não foi nossa primeira ideia. A princípio, gostaríamos de ter abordado a limitação que as famílias em extrema pobreza possuem para superação da informalidade. Tínhamos o intuito de realizar uma pesquisa de campo sobre o tema, porém devido a burocracias institucionais e tempo insuficiente não foi possível realizar a pesquisa de campo. Assim Pautamo-nos apenas na pesquisa bibliográfica, enfatizando as insuficiências das políticas públicas, outro fator muito evidenciado no território onde atuamos.

É importante salientarmos que ao nos referirmos ao termo insuficiência não temos a intenção de classificar as políticas públicas disponibilizadas como ineficientes. Este trabalho não tem a intenção de fazer uma avaliação se são eficazes ou não.

Este estudo abordará a questão trazendo contribuições de autores sobre o tema, numa análise às bibliografias existentes acerca do nosso objeto de estudo. Possibilitará também uma aproximação ao problema e possível entendimento ao tema com o intuito de subsidiar em termos teóricos as contradições que a equipe técnica encontra na prática do trabalho social.

O trabalho de pesquisa tem como objetivo geral compreender as implicações da insuficiência das políticas públicas aos fenômenos de extrema pobreza e trabalho informal no Brasil.

E para que possamos responder a este objetivo, no capítulo um iremos resgatar um breve histórico das políticas públicas no que se refere ao fenômeno de extrema pobreza, no capítulo dois iremos relacionar as implicações históricas e atuais que cooperam para o crescente índice de trabalho informal, correlacionando também com a atuação das políticas públicas no Brasil.

Abordamos um fenômeno existente no trabalho com famílias pela Política de Assistência Social Básica. Apesar dos objetivos tratarem de um contexto nacional, acreditamos que possibilitará uma aproximação e reflexão sobre o fenômeno, buscando alternativas para sua superação através do trabalho social desenvolvido.

Nossa abordagem necessitará da utilização de um referencial metodológico que tentará responder de uma forma qualificada cada questionamento presente neste trabalho.

Assim, para nos aprofundarmos da questão a luz de uma fundamentação teórica que nos permita compreendê-lo em sua totalidade e também por tratar-se de uma análise de fenômeno, nos inspiraremos na teoria social crítica de Marx, visto que esta teoria preconiza uma aproximação àquela realidade a partir de suas múltiplas determinações que a originaram.

(...) A história de toda a sociedade até nossos dias consiste no desenvolvimento nos antagonismos de classe, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas.

Mas qualquer que tenha sido a forma desses antagonismos, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos anteriores. Portanto, nada há de espantoso que a consciência social de todos os séculos, apesar de toda a sua variedade e diversidade, se tenha movido sempre sob certas formas comuns, formas de consciência que só se dissolverão completamente com o desaparecimento total dos antagonismos de classe. (MARX, ENGELS, 1848, p. 40:41)

A partir desta teoria analisaremos um fenômeno em toda a sua dimensão, ou seja, compreende que os problemas sociais não são naturais, mas sim originários por consequência de muitos outros fatores que causaram o seu surgimento e que a sociedade histórica está fortemente envolvida na essência destes problemas sociais, principalmente as contradições históricas de classes.

Acreditamos também que uma abordagem crítica e desveladora ao nosso objeto de estudo e sua realidade social, permitirá uma visão aprofundada e ampla dos fatores que ocasionam a realidade a ser analisada.

O presente trabalho de pesquisa utilizará uma tipologia de pesquisa, a qualitativa. Esta pesquisa permite que o pesquisador se aprofunde na compreensão da realidade pesquisada, a partir de uma análise e reflexão sobre os discussões apontadas.

Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região 'visível, ecológica, morfológica e concreta', a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO, 1994, p. 22).

Minayo (1994) explica que a pesquisa qualitativa tem a função mais reflexiva e analítica de uma questão, o estudo de fenômeno necessita desta pesquisa por não ser estagnado, estar sempre em processo de mudança e ser resultado de múltiplas determinações conforme aqui já mencionado. O objeto de análise imbrica as relações humanas e o resultado dessas relações.

Nosso método de pesquisa partirá da pesquisa bibliográfica, pela necessidade de consultarmos referenciais teóricos que abordem ao tema proposto. Subsidiarão ao estudo e a sua fundamentação, seja nas suas argumentações ou nos questionamentos existentes, possibilitando um melhor discernimento sobre o problema vivenciado e argumentação sobre a questão a ser pesquisada.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p.31:32).

Este estudo tem esta exata intenção, através das produções teóricas já existentes, desvelar as múltiplas facetas que contribuiram para a formação do quadro social expresso na realidade que hoje atuamos como Assistente social.

2. - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1-POLÍTICA PÚBLICA E EXTREMA POBREZA CORRELAÇÕES

Antes de iniciarmos uma reflexão sobre a atuação das políticas públicas no Brasil, destacamos primeiramente o conceito de política pública.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (...) Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.⁴ Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA. 2006, p. 7).

Resumidamente refere-se à política pública como o espaço de formulação, implantação e avaliação de ações governamentais que possibilitam mudanças, através de diferentes formas com abertura para possíveis avaliações sobre sua eficiência ou suficiência numa sociedade.

As políticas públicas no Brasil têm em seu histórico ampla defasagem e insuficiência no que se refere aos atendimentos básicos às necessidades da população, pois o desenvolvimento do Brasil partiu de primícias exploratórias de sua terra e de seu povo que aqui vivia.

Contudo, esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social do Brasil. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 73).

Assim, não se tinha objetivos de desenvolvimento social da população brasileira, fato que pôde contribuir para o entendimento da atual realidade que se configura os grandes centros urbanos brasileiros, onde se concentra alto índice de miserabilidade de sua população em sua maioria, migrantes da área rural (BARRETO, 2010).

No histórico brasileiro tratando-se da forma de governabilidade, priorizou-se o desenvolvimento econômico em detrimento ao social. Na atualidade existe uma grande desigualdade na distribuição do lucro de produção econômica nacional, concentrando-se nas mãos de poucos o lucro obtido. (GUERRA. POCHMANN. SILVA, 2014). Este fato faz com que o quadro de extrema pobreza permaneça em nosso cenário mesmo que nas últimas décadas, a política social tente numa corrida emergencial minimizar os efeitos de centenas de anos de Estado Mínimo.

Para um bom entendimento acerca do conceito de pobreza, também destacamos.

Na perspectiva conceitual e metodológica da pobreza monetária, um indivíduo é considerado pobre se sua renda disponível, ou seu dispêndio total, for menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido – a linha de pobreza – cujo valor representa o custo de todos os produtos e serviços considerados básicos para satisfazer suas necessidades de sobrevivência e consumo. Se os recursos disponíveis não são suficientes para a aquisição da cesta de alimentos necessários ao consumo calórico diário mínimo, o indivíduo é considerado em extrema pobreza. (JANNUZZI, SOUZA, VAZ, FONSECA, BARBOSA, 2010, p. 766.).

Segundo os autores, considera-se uma pessoa pobre um indivíduo que com sua renda máxima, não consiga adquirir produtos e serviços básicos para sua subsistência, demandando das políticas públicas em especial da Assistência social ações imediatas e em longo prazo para a resolução do problema.

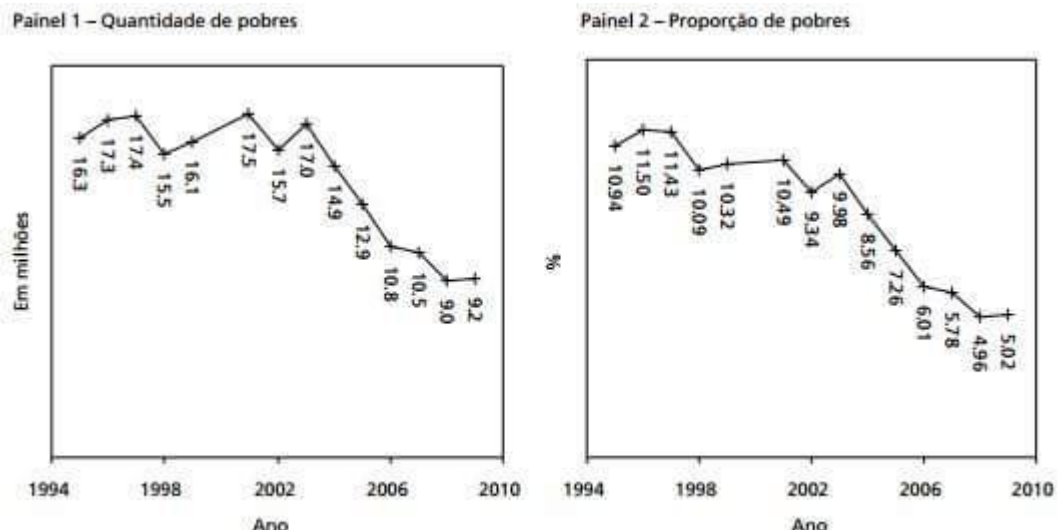
Porém Paugam (2003) diz que conceituar pobreza não é uma tarefa tão fácil, pois segundo o autor, esta condição pode variar “conforme o meio ambiente, os hábitos culturais e os modos de vida” de uma população. O que é pobreza num país desenvolvido pode ter um conceito diferente num em desenvolvimento ou de culturas diferentes. Dependendo do contexto onde esteja inserida àquela realidade. Portanto nenhuma conceituação seria completamente verdadeira ao abordarmos o termo “pobreza”.

Sabe-se que a extrema vulnerabilidade social não se concentra apenas nos grandes centros urbanos conforme cita Barreto.

O Brasil, país de dimensões continentais, possui realidades muito díspares. Há muitas áreas que necessitam de atenção especial para criar e fortalecer alternativas produtivas e, assim, dinamizar a economia nessas localidades. (...) Todos sabem que há muitos “brasis” dentro do Brasil. Há o Brasil das belas praias, o da economia mais forte da América Latina, o dos grandes centros urbanos. (...) E também há o Brasil do interior e o da periferia dos centros urbanos onde há muitas carências. (BARRETO, 2014 p. 387).

O autor explica que a condição de extrema pobreza está presente em muitos cenários brasileiros, não única e exclusiva das cidades. Apesar de ser uma questão familiar e visível em todos os cantos do país, segundo dados do IPEA (2011) conforme vemos na tabela abaixo, o índice de pessoas pobres no Brasil num contexto geral vem diminuindo.

TABELA 01: INDICE DE DE PESSOAS POBRES NO BRASIL, 1994-2010.



FONTE: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf

No ano de 1994 eram 16.3 milhões de brasileiros na condição de pobreza, chegando ao ano de 2010 a 9.2 milhões, uma queda de mais de 50 por cento desta população. É fato que o avanço nas políticas sociais nos últimos anos, como a criação do Programa Bolsa Família que veremos mais a frente, teve grande influência nesta queda, porém tem que se destacar os

muitos desafios que este país ainda enfrenta para consolidação da cidadania. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

As autoras destacam que mesmo após a promulgação da Constituição Federal em 1988, a seguridade no Brasil se caracteriza principalmente pela “*Seletividade e privatização em detrimento da universalidade e estatização.*” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 161).

Referem que apesar dos avanços, a economia neoliberal brasileira não permite que este estado seja classificado de cidadania plena, pois a oferta dos serviços ainda se concentra em instituições filantrópicas e particulares, tirando do Estado em alguns casos tais funções. Os direitos básicos à população ainda são vistos como mercadoria, fonte de lucro para muitas frentes, isso precariza, fragmenta e dificulta a legitimação dos direitos. Impede que as camadas mais pobres da população os acesse e são direcionados apenas a quem possam pagar por eles. (BARRETO, 2010). Como nos casos dos planos de saúde, das universidades por exemplo.

Vemos que a insuficiência estatal à frente das políticas públicas ocasiona a permanência de muitas famílias na condição de extrema pobreza, mais de nove milhões conforme a tabela 01. Isso porque este problema social não é de responsabilidade apenas da Assistência social, mas de todas as outras políticas ainda insuficientes atualmente.

Todas as políticas públicas devem na esfera de sua competência contribuir para a redução da pobreza em suas várias dimensões, e podem e devem usar o Cadastro Único e serem articuladas com o PBF sempre que pertinente, mas deve ser evitada a tentação de colocar progressivamente toda a responsabilidade sobre a política social nos ombros do PBF. (OSORIO, SOARES, SOUZA, p. 51).

Diante destas limitações, erradicar a extrema pobreza, bem como tantos outros problemas sociais torna-se algo quase inatingível de se alcançar, visto que até mesmo o trabalho multidisciplinar ainda não funciona conforme o esperado e necessário.

As famílias em extrema pobreza vivenciam uma dura realidade no seu dia a dia. Residem numa localidade desprovida do atendimento de muitas políticas públicas, dentre elas: Habitação, Educação, Saúde, Saneamento básico, segurança pública, desemprego e muitas outras. A Assistência social encontra estas famílias na mais profunda miserabilidade, atingidas em seus direitos das mais diferentes formas possíveis.

Diante da insuficiência da atuação do poder público em suas vidas, ultrapassar este limiar, torna-se muito mais difícil, pois não encontram apoio suficiente para conseguir mudanças em curto prazo.

(...) As grandes metrópoles do país trazem como seu maior problema a grande desigualdade social, os municípios marcados por elevado grau de exclusão social, em sua maioria, são marcados pela pouca oferta de bens e serviços, principalmente

de equipamentos públicos. (...) Por isso mesmo, as políticas públicas voltadas para a superação dessas mazelas exige mais do que grandes atos e ações. Requer planejamento sistemático que parta de um nível geral (nacional), com diretrizes e metas de nível para todos, e desça, através de planos regionais e locais, até as especificidades dos diferentes cantos e recantos do Brasil. (GUERRA. POCHMANN. SILVA, 2014, p. 94).

A miserabilidade extrema ultrapassa apenas a questão do desemprego. Estamos falando de uma população avessa aos direitos que lhe são outorgados, ou seja, toda a negligência de direitos que lhe são impostos do decorrer de suas vidas faz com que ainda nos dias atuais esta população busque ou encontre no imediatismo a condição básica de sobrevivência. Ou seja, a informalidade, esta é a única saída encontrada para sua subsistência.

Conquistas civilizacionais foram feitas; os trabalhadores, mediante árduas lutas, forçaram o reconhecimento de direitos políticos e sociais; o Estado burguês foi compelido a assumir, sem prejuízo de seu caráter de classe, funções coesivas e legitimadoras. Aquilo que não mudou, todavia, e responde pela permanência da pobreza e da desigualdade, é a dinâmica econômica elementar da nossa sociedade, assentada na acumulação capitalista – por isso mesmo, seus efeitos, os efeitos de sua *lei geral*, continuam operantes; por isso mesmo, nós, assistentes sociais – e não apenas nós –confrontamo-nos com os desafios de uma *questão social* que se apresenta hoje mais ampla e diversificada que em qualquer tempo anterior. Ao contrário do que sustentam alguns ideólogos, não estamos diante de uma “nova” *questão social* – entendo que estamos confrontados com *novas expressões* da *questão social*. A “velha” *questão social*, conotada com o pauperismo, não foi equacionada e, menos ainda, resolvida. E, de fato, temos *novas problemáticas*, seja pela magnitude que adquiriram situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas. (NETTO. 2007, p. 155:156).

Aqui o autor reafirma a historicidade da questão social que hoje se apresenta apenas numa nova “roupagem”, porém sua causa continua sendo a mesma, mas diversificada na sua problemática social. Chama a atenção para a atuação do profissional Assistente social, que se depara cotidianamente com as contradições e consequências desumanas do sistema capitalista aqui criticada por Netto.

A partir desta problemática verifica-se também que a atuação de um estado mínimo nas diferentes frentes das políticas públicas e se o enfrentamento partir principalmente apenas de uma única frente, o trabalho de mudança social num país encontrará muitas dificuldades para sua superação.

O caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. (...) Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira. (YAZBEK, 2006, p. 37).

Segundo a autora, a forma de atuação das políticas públicas, ou sua insuficiência, acaba causando a reprodução da concentração de renda na sociedade, ou seja, permite que

milhões de brasileiros ainda sobrevivam nas chamadas camadas subalternizadas ou extrema pobreza ao invés de possibilitar a tantas pessoas condições e possibilidades para superação desta realidade.

Isto ocorre principalmente devido à priorização do desenvolvimento econômico em detrimento do social, condição histórica do cenário brasileiro. A autora concorda que houve mudanças nas últimas décadas, mas destaca que ocorreram por dois motivos que são: O aumento das vulnerabilidades sociais expresso principalmente pela concentração de renda, e também pela necessidade de uma mudança de um estado mínimo para um estado mais participativo e gestor frente às políticas sociais (YAZBEK 2006).

Diante destas condições, as políticas públicas acabam não ganhando um caráter legitimador frente aos graves problemas sociais, pois não vieram primeiramente da conscientização do estado a suas obrigações, mas sim da luta e cobranças dos muitos movimentos sociais que clamavam pela constituição de muitos direitos sociais básicos historicamente negligenciados ao longo da história nestas terras.

Diante da questão da insuficiência das políticas públicas, frente à questão da extrema pobreza, partimos agora para outra reflexão sobre mais um fenômeno social existente na sociedade brasileira, que é o trabalho informal.

2.2 – REFLEXÕES SOBRE A INFORMALIDADE, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL

A informalidade assim como a extrema pobreza são expressões da questão social que podem estar diretamente correlacionadas, sendo nosso objeto de estudo.

Segundo Alves e Tavares (2006), a origem da informalidade teria ocorrido pela forma como aconteceu a urbanização nos países latino- americanos, não teria havido transformações econômicas necessárias para a absorção de toda a mão de obra crescente em tão pouco tempo nestes centros.

O termo setor informal passou a ser usado a partir de um estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no ano de 1972 no Quênia, passando a ser conceituado também em outros estudos da instituição sobre o tema. (ALVES e TAVARES, 2006).

Estima-se que até o ano de 1980 o trabalho informal era desempenhado principalmente por pessoas idosas, sem ou com baixa escolaridade e qualificação profissional. A mudança do quadro teria iniciado devido à insuficiência da oferta de emprego formal frente a grande demanda existente nos centros urbanos, fazendo com que muitos jovens com alto

nível de qualificação profissional encontrassem nesta frente uma forma de conseguir sua renda financeira (TAVARES, 2004).

Outro fato que a autora destaca é que a economia neoliberal implantada fortemente a partir desta década foi uma das grandes responsáveis pelo aumento do setor informal.

A pobreza é tratada como fenômeno externo, que não diz respeito à economia. Para a economia liberal, a organização produtiva regulada pelo livre mercado é eficiente, equilibrada, homogênea e integradora. Assim, problemas endógenos ao capital, mas que não confirmam essas características, são tratados como externo ao sistema. (TAVARES, 2004, p. 36:37).

Segundo a autora na economia liberal, problemas sociais inerentes ao seu sistema econômico seriam causados por outros fatores, ou seja, o sistema não reconhece suas responsabilidades e causalidades nas questões que surgem a partir de seus métodos econômicos. Assim, sem a responsabilização quanto às consequências desses métodos, podem ocasionar a uma nação condições precárias de trabalho e sub-humanas de sobrevivência.

Mas o material humano não está sendo ‘apenas’ privado do conhecimento, da cultura, da possibilidade de percepção das grandes transformações que o envolvem, condicionam e reprimem. As privações ultrapassam o domínio das ideias: é a própria existência física das pessoas que está sendo ameaças. (MALAGUTI, 2000, p. 57)

Aqui o autor reforça que a condição de exploração a que a classe trabalhadora está exposta ultrapassa a categoria trabalho. Quando diz que a própria existência física das pessoas está ameaçada, refere sobre as políticas públicas que são negligenciadas a quem dela têm direito no atual sistema econômico, como veremos mais adiante.

O fato de que numa economia capitalista “*a força de trabalho é a única mercadoria que quando consumida produz valor*” (TAVARES, 2004, p. 46), seu objetivo seria promover uma condição de trabalho desregulada e descoberta de leis que garantiriam aos trabalhadores a valorização de sua força de trabalho. Portanto o sistema capitalista tende cada vez mais incentivar a informalidade como condição de trabalho, assim não havendo normativas e legislações que “protejam” o trabalhador, sua força de trabalho acaba sendo exposta a quaisquer tipos de exploração e desvantagens.

“*Com isso vemos que o interesse do capitalista é exatamente o oposto do interesse do trabalhador. O choque de interesses entre ambos é inconciliável no sistema capitalista, e é a isto que se chama luta de classes.*” (SOUZA. MARCHI. MACHADO, 2006, p. 45).

Diante desta afirmação, vemos que os problemas que vivenciamos atualmente no mercado de trabalho, seja a escassez de empregos formais ou a precarização dos formais, a

formação da categoria trabalho esteve condicionada aos mandos e arbitrariedades existentes em nosso sistema econômico, o capitalismo. A partir de suas leis que regem a forma que vivemos, qualquer ação que tente romper com este ciclo a qual este sistema defende, torna-se uma barreira difícil de ultrapassar, realidade de muitos países que ainda se encontram no processo de desenvolvimento, como o Brasil.

Segundo o Atlas da Desigualdade social no Brasil (2014), o cenário vem de um histórico ainda mais longínquo.

(...) Persegue ainda formas antigas e modernas de manifestação da exclusão social. Seja pela peculiaridade do dinamismo econômico recente sem forte base industrial, seja pela herança de profunda desigualdade e pobreza presente em praticamente todos os países latino-americanos, seja pela lógica de funcionamento do sistema capitalista produtor de crescente distanciamento entre pobres e ricos, a exclusão social parece ter sido amenizada, porém ainda não superada. (GUERRA. POCHMANN. SILVA, 2014, p.12).

Conforme afirma o documento, a exclusão social seja nos setores da política de trabalho e emprego, seja frente à alta miserabilidade como as famílias em extrema pobreza, são múltiplos os fatores que contribuíram para o resultado do quadro social brasileiro. Todo o processo de erradicação da exclusão social requer muitos anos de luta e persistência de todas as frentes envolvidas neste processo.

Além de todas as mazelas que impõem à classe trabalhadora e se abster de suas responsabilidades delegando ao estado a resolução dos problemas que surgem, através da histórica divisão social do trabalho, o sistema faz com que o trabalhador não se reconheça como classe trabalhadora e desconheça todo o processo de trabalho a qual tinha conhecimento (SOUZA. MARCHI. MACHADO, 2006). Lessa (2007) vai além, em sua análise sobre a categoria trabalho o autor diz que o sistema capitalista é tão perverso que consegue explorar a classe trabalhadora nas mais diversas formas seja trabalhador formal, informal, braçal ou aquele que não possui atividade laborativa, pois suas “raízes” de formação estão diretamente ligadas a partir de suas diretrizes.

A forma de riqueza da sociedade burguesa, o capital, possui essa peculiaridade fundamenta: possibilita à classe dominante se enriquecer tanto na exploração do trabalho intercambio com a natureza, como também em outras atividades. (...) Para o Capitalista individual, pouca diferença faz se sua mais-valia teve origem na ‘fabrica de ensinar’ ou na ‘fabrica de salsichas’. Quando ele se dirige ao banco para depositar seu dinheiro, nenhuma diferença faz ao banqueiro se aquele montante veio do comércio ilegal de armas ou drogas. (...) Capital é capital e ponto final.” (LESSA. 2007. p. 164:165.)

Assim, afirma-se que o sistema econômico que vivenciamos, interfere diretamente em toda uma classe, independente se ela possui ou não uma atividade laborativa, no caso a

classe trabalhadora. Em momentos de crise ou retração econômica será a maior prejudicada, pois é de interesse da classe dominante que não haja mudanças, que esta classe conquiste sua emancipação plena.

O aumento da informalidade também pode ser explicado pela atual crise econômica do país⁴, que ocasionou o aumento do desemprego e conseqüentemente a procura por um trabalho autônomo. Conforme reportagem do Jornal Gazeta do Povo de 14 de janeiro de 2016, que podemos analisar na tabela abaixo.

TABELA 02- ÍNDICE DE BRASILEIROS EM CONDIÇÃO DE TRABALHO INFORMAL ANOS 2012-2015.



Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/trabalho-informal-volta-a-crescer-no-pais-bju3garssm4t2fbgc18jqrapc>

Conforme a tabela 02 disponibilizada na matéria citada, entre os anos de 2012 a 2015 houve um aumento de 1,64 % na ocupação informal. Chama a atenção o salto nos números entre o primeiro trimestre do ano de 2014 que marcava 20,91 para 22,23 para o 3º trimestre do ano de 2015, um aumento de 1,32 % nesse pequeno período que marca a fase de início da crise econômica no ano de 2014 até o final do ano de 2015.

A crise econômica citada surge um efeito negativo ao bom andamento e resolutividade das políticas públicas, pois o país e sua economia fica estagnado devido a grande especulação econômica a que fica condicionado e nestes momentos são as políticas públicas as primeiras a sofrerem cortes financeiros para investimento. (YAZBEK, 2006). Este

⁴ <http://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/>

fato certamente contribui para fortalecer o atual quadro de trabalho informal que a população brasileira em especial os moradores dos centros urbanos enfrentam no momento.

Neste cenário de desprezo pelos direitos de cidadania (o salário mínimo é inconstitucional; a falta de moradia é inconstitucional; a inexistência efetiva de um sistema público de saúde é inconstitucional etc.), de degradação do poder aquisitivo e da qualidade de vida, de marginalização de largos segmentos da população, de desemprego, propaga-se por todos os poros da economia o fenômeno da informalidade. O trabalho por conta própria e a pequena empresa tornam-se o 'sonho' (refúgio da liberdade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias. (MALAGUTI, 2000, p. 62:63).

Aqui o autor confirma a interferência da insuficiência das políticas frente às expressões sociais. Trata-se inclusive de uma questão inconstitucional o fato dessas políticas não abrangerem toda a demanda existente pelos serviços públicos, ocasionando assim, um ciclo que direcionam para a permanência de diferentes formas de expressões da questão social no Brasil.

A política pública responsável por elaborar, gerenciar e executar planos, programas e projetos que visem o combate aos fenômenos sociais de Extrema pobreza e a informalidade no Brasil hoje, trata-se da Política de Assistência Social, conforme diz a Constituição Federal brasileira.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (EC no 42/2003)

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, p.120).

A Constituição Federal nos artigos 203 e 204 promulga ser função da política de Assistência social atuar frente à promoção da inclusão produtiva e programas voltados a erradicação da pobreza e extrema pobreza no Brasil, a coordenação e diretrizes na esfera

federal, os estados e municípios ficam com a coordenação e execução dos programas através de entidades públicas, particulares ou filantrópicas.

Apesar dos fenômenos citados terem sua origem através de múltiplos fatores, atualmente cabe principalmente a Assistência social equacionar o problema através do trabalho social desenvolvido pelas instituições envolvidas.

Programas como o Bolsa Família⁵ e o Pronatec⁶ promovem entre a população a reversão de suas vulnerabilidades, programas estes gerenciados e executados pela política de Assistência social. São intervenções que visam resultados em curto e longo prazo, que diante de muitas dificuldades impostas ao trabalho continuarão na luta buscando o desenvolvimento social que pede o país.

Assim passamos agora para a conclusão do estudo bibliográfico que desenvolvemos.

3. - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar as implicações da insuficiência das políticas públicas aos fenômenos sociais extrema pobreza e trabalho informal no Brasil, possibilitou-nos fazer uma reflexão sobre as causalidades e consequências que permitem que tantas famílias ainda sobrevivam na condição de extrema pobreza e em alguns casos encontrem na informalidade o meio de subsistências para suas necessidades básicas.

A pesquisa mostrou que as três questões estão diretamente interligadas a partir de suas raízes históricas a que estão condicionadas. Vimos que a forma como o país tratou seu desenvolvimento, teve grande influência nas condições de miserabilidade que ainda se encontram tantos brasileiros, pois partiu de conceitos exploratórios de suas terras e de sua gente com um foco maior em seu desenvolvimento econômico, assim, o desenvolvimento social através da valorização das políticas de direitos acabaram ficando em segundo plano e sendo implantadas com mais afinco nas últimas décadas, porém trazendo graves insuficiências em seu histórico.

Um sistema governamental que veja as políticas sociais como gastos públicos, por exemplo, é provável que permita que o desenvolvimento social de sua nação, se “arraste”

⁵ <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

⁶ <http://pronatec.mec.gov.br/>

ainda por muitas décadas, visto que qualquer alteração negativa em sua economia já apareça nos noticiários rumores de possíveis alterações em direitos já conquistados há décadas atrás.

Partimos também da premissa que o desenvolvimento desta população ainda não seja uma prioridade absoluta. Um exemplo atual é a crise econômica que o Brasil enfrenta no momento, quando se especula acontecer alterações em direitos já regulamentados com o intuito de estabilizar a economia nacional. Fato que entendemos como mais um retrocesso na história do país, caso isso venha ocorrer realmente.

Segundo o estudo, nossa realidade atual, ainda é regida por diretrizes de um sistema governamental que norteia desde o planejamento, a elaboração e execução de políticas públicas até a manutenção de sistemas exploratórios de subsistências humana, como no caso de pessoas na condição de extrema pobreza.

Acreditamos que apesar da crescente mudança nos índices de pobreza e extrema pobreza no Brasil nas últimas décadas conforme apresentado no texto, caso as políticas públicas funcionassem plenamente na oferta dos serviços, esta mudança social poderia ocorrer com mais agilidade e talvez o trabalho de intervenção social pudesse ser menos desgastante aos profissionais à frente das políticas sociais. Os resultados também poderiam ser mais efetivos se o trabalho em rede funcionasse integralmente.

Vemos que esta condição parte de um ciclo, o sistema capitalista explora a capacidade de força do trabalho do sujeito, este para sair da condição que se encontra leva mais tempo e é necessário muito mais esforço para mudar a sua realidade, isto porque não encontra nas políticas públicas o apoio necessário para essa mudança de sua condição, por serem ainda políticas minimalistas, seletivas, insuficientes a toda a demanda existente.

Assim, esperamos que um dia a disponibilidade de todas as políticas públicas, esteja à disposição a quem delas necessitarem. Sem necessidade de haver qualquer tipo de seleção, filas de espera, restrições, pois se trata de direitos outorgados constitucionalmente que não poderiam estar sendo negados a tantas pessoas.

REFERÊNCIAS

ALVES. Maria. A. e TAVARES. Maria A. **A dupla face da informalidade do trabalho “autonomia” ou “precarização”** in: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. ANTUNES. Ricardo. São Paulo: Boitempo, 2006.

BARRETO. Adalberto. **As dores da alma dos excluídos do Brasil e a Terapia Comunitária** in: Terapia Comunitária, Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, educação e Políticas Públicas. Organizadores: GRANDESSO. Marilene, BARRETO. Miriam Rivalta. Casa do Psicólogo, Associação Brasileira de Terapia Comunitária, São Paulo, 2010.

BARRETTO. LUIZ. **O Empreendedorismo como Promotor da Inclusão Produtiva** in BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: CAMPELLO. Tereza, FALCÃO. Tiago, COSTA. Patricia Vieira – Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

BEHRING. Elaine e BOSCHETTI. Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Ed. Cortez. São Paulo, 2006.

CAMPELLO. Tereza, MELLO. Janine. **Os Desafios de Formulação do Plano Brasil Sem Miséria** in: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: CAMPELLO. Tereza, FALCÃO. Tiago, COSTA. Patricia Vieira – Brasília: MDS, 2014.

ESTADÃO. **Por que o Brasil Parou**. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/> Consultado em 23/04/2016 às 20h00min.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAZETA DO POVO. **Trabalho Informal volta a crescer no país**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/trabalho-informal-volta-a-crescer-no-pais-bju3garssm4t2fbgc18jqrapc>, consultado em 23/04/2016 às 18h10min.

GUERRA. Alexandre. Marcio. POCHMANN. SILVA. Ronnie A. **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014.

Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf, consultado em 28/02/2016, as 15h00min.

Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151228_juventude_trabalho_informal_brasil.pdf, consultado em 10/05/2016 as 21h00min.

JANNUZZI. Paulo M. SOUSA. Marconi F. VAZ. Alexandre C.N. FONSECA. Cesar G. BARBOSA. Marcia Valeria S. **Questões Metodológicas da computação das taxas de pobreza e extrema pobreza** in: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: CAMPELLO. Tereza, FALCÃO. Tiago, COSTA. Patricia Vieira – Brasília: MDS, 2014.

LESSA. Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MALAGUTI. Manoel. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 200.

MARX, Karl H. ENGELS. Friedrich. O manifesto Comunista. 1848. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>, consultado em 17/05/2016 as 20h00min.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. Pesquisa Social: **teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Ed.Vozes,RJ, 1994.

OSORIO. Rafael, I G. SOARES. Sergei S. D., SOUZA. Pedro H. G. F. **Erradicar a Pobreza Extrema: Um objetivo ao alcance do Brasil**. IPEA. Brasília, 2011.

PAUGAM. Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

SOUZA. Ana Inês. MARCHI. Lourdes. MACHADO. Maria Izabel. **O Trabalho no Capitalismo: Alienação e Desumanização**. Cefúria. Curitiba, 2006.

SOUZA. Celina. **Políticas Públicas uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

TAVARES. Augusta Maria. **Os fios invisíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo, Ed. Cortez, 2004.

YAZBEK. Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.